

PROVA ESCRITA GERAL

28 - MAIO - 1994

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Servidores públicos estaduais, da área da saúde, declararam-se em greve, reivindicando melhor remuneração. Foram considerados faltosos e descontados dos respectivos vencimentos pelos dias em que não compareceram ao trabalho. Postula o respectivo sindicato, perante o Governo, o abono dos dias de greve, considerados de falta ao trabalho, alegando estarem amparados pela garantia constitucional do direito de greve aos servidores da administração pública e pela aplicabilidade à sua situação da Lei nº 7.738/89, que é genérica. Consultado pela Administração sobre o direito invocado pelo postulante, como responderia você à consulta? Favoravelmente à pretensão? Sim ou não? Em síntese, por quê?

2ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO estuda a possibilidade de construir uma penitenciária em local considerado ideal para esse tipo de estabelecimento, examinando uma proposta de permuta do proprietário da área mais adequada ao projeto. O assistente jurídico da Secretaria de Estado competente opina contrariamente à realização da permuta por entender que ela só está admitida "entre órgãos ou entidades da Administração Pública".

Pede-se que esse opinamento seja apreciado conclusiva e fundamentadamente.

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Professor Docente, exonerado, a pedido, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação em 1987, requer sua readmissão, alegando não mais subsistirem os motivos de ordem pessoal que o levaram a desligar-se do magistério público oficial. O Secretário de Estado de Educação, cuja área de competência se ressentiu de defecções continuadas de membros do magistério e, em conseqüência, de crônica carência de professores, manifesta interesse em acolhida favorável do pedido, de vez que em consonância com o interesse do ensino oficial. Consulta, todavia, a

Procuradoria Geral do Estado a respeito, para orientar-se quanto à decisão que possa ou deva proferir. Como se pronunciaria você como Procurador do Estado?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

O Agravo Regimental admite o chamado juízo de retratação? Justifique.

2ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

A empresa ALFA ajuizou na 2ª Vara Cível da Cidade de Belo Horizonte, em face do Banco BETA uma ação, sob o procedimento ordinário, visando a anular um contrato de mútuo que com ele celebrara, alegando erro na manifestação da vontade. A citação de BETA efetivou-se em 4/2/94.

O Banco BETA, na 6ª Vara Cível da Cidade do Rio de Janeiro, ajuizou uma ação de execução por título extrajudicial contra a empresa ALFA pretendendo cobrar o mútuo objeto daquele contrato. A devedora foi citada em 3/3/94.

A empresa ALFA opôs-se à execução, alegando a nulidade do contrato, pela ocorrência do mesmo erro.

Poderá a empresa ALFA excepcionar, por incompetente, o foro do Rio de Janeiro? Se o fizer, o que, sucintamente, deverá argumentar?

3ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

BANERJ SEGUROS S.A. tomou conhecimento da existência de uma sentença condenatória, proferida em ação de cognição, somente três anos após a execução da decisão.

Por não ter sido citada validamente, tanto no processo de conhecimento quanto no de execução, cujas ações lhe correram à revella, faz consulta à Procuradoria Geral do Estado, indagando se há alguma medida judicial adequada para o caso.

Você foi o Procurador designado para responder à consulta. Faça-o sucintamente.

4ª QUESTÃO - Valor: 25 (vinte e cinco) pontos

Admite-se a aplicação da prescrição intercorrente em execução trabalhista? Justifique.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

Comente os seguintes aspectos do controle de constitucionalidade:

1. cabimento de ação direta contra decreto regulamentar;
2. inconstitucionalidade de lei municipal em face das Constituições Federal e Estadual;
3. incompatibilidade com a Constituição de lei a ela anterior.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Faça a distinção entre o mandado de injunção, a ação de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de segurança contra omissivo da Administração.

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Não tendo a Constituição situado os Municípios na área da competência concorrente do artigo 24, poderão eles disciplinar as matérias ali arroladas?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 40 (quarenta) pontos

Admite o direito brasileiro a sociedade unipessoal? A subsidiária integral é uma sociedade unipessoal? Pode a sociedade anônima subsistir com um único sócio?

Fundamente as respostas, indicando a legitimidade ou não das hipóteses referidas.

2ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

Em que consiste a perpetuidade como um dos atributos da propriedade?

3ª QUESTÃO - Valor: 30 (trinta) pontos

SHOPPING CENTERS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S. A. entregou em locação a DUPONT SPORTWEAR LTDA uma loja em centro de comércio da sua propriedade. Estabeleceram as partes que a locatária,

no dia 5 de cada mês, pagaria um aluguel mínimo reajustável correspondente a 5.000 URV'S, e, no dia 18 do mesmo mês, apurar-se-ia, o percentual de 7% (sete por cento) sobre o faturamento bruto da locatária, sendo que esta ficaria obrigada a complementar a importância paga no dia 5, no caso de o aluguel percentual exceder o aluguel mínimo reajustável. Essa complementação consistiria na diferença igual ao excesso entre o percentual apurado dia 18 e o aluguel pago no dia 5.

Chamado a emitir parecer sobre essa cláusula, como se manifestaria o candidato?

DIREITO TRIBUTÁRIO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS
MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO
PERTINENTE

1ª QUESTÃO - Valor: 50 (cinquenta) pontos

Discorra, fundamentadamente, sobre os conceitos de obrigação e crédito tributário e suas relações.

2ª QUESTÃO - Valor: 50 (cinquenta) pontos

Um fabricante de freios para bicicleta, estabelecido em determinada unidade da Federação, vendeu freios de sua produção a uma fábrica de bicicletas, estabelecida em outra unidade da Federação, constituindo a operação fato gerador do imposto federal sobre produtos industrializados, não havendo, por hipótese, qualquer isenção de tal imposto aplicável ao caso.

Admitindo-se que as unidades da Federação envolvidas tenham exaurido a competência que lhes confere a Constituição para instituir e cobrar o ICMS, pergunta-se:

- 1) se era devido ICMS na saída dos freios para bicicletas do estabelecimento onde foram produzidos com destino à fábrica de bicicletas na outra unidade da Federação;
- 2) na hipótese de resposta afirmativa ao quesito anterior, se a alíquota aplicável era a interna ou a interestadual e se o IPI estava, ou não, incluído na base de cálculo do ICMS;
- 3) se constitui fato gerador do ICMS a entrada das aludidas mercadorias no estabelecimento adquirente;
- 4) se o estabelecimento adquirente tinha direito a crédito de ICMS e, em caso afirmativo, se o valor do crédito deveria ser calculado pela alíquota interna ou interestadual.

Indicar os dispositivos constitucionais, de lei complementar e das normas editadas nos termos do § 8º do artigo 34, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em que se fundamentem as respostas.